



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

EDITAL

EDITAL Nº 5/2020/SEAF/MAPA

A SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS -SEAF/MAPA - TORNA PUBLICO O PROCESSO DE SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO EM BRASÍLIA-DF, COM INDICAÇÃO CONSENSUAL ENTRE ÓRGÃOS E ENTIDADES.

PROCESSO Nº 21000.080787/2020-15

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital tem como objetivo a seleção de servidores ou empregados públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, com a devida anuência do órgão de origem para ocupar o cargo de Chefe de Divisão DAS 101.2 do Departamento de Monitoramento e Supervisão da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAF/MAPA, com sede em Brasília/DF.

1.2. A SEAF/MAPA atua na promoção da governança fundiária formulando normas, propondo ações de regularização fundiária e auxilia na supervisão das atividades de regularização fundiária no território nacional, bem como outras competências delineadas nos termos do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020.

1.3. O Departamento de Monitoramento e Supervisão – DMS/SEAF/MAPA, por seu turno, compete supervisionar os programas de reordenamento agrário; as atividades de regularização fundiária no território nacional; as medidas administrativas e as atividades operacionais relacionadas à regularização fundiária no território nacional; as atividades de destinação, controle e titulação de terras devolutas e terras públicas federais, nos termos do disposto na Lei nº 11.952, de 2009; e em articulação com os órgãos ambientais, as atividades de licenciamento ambiental que afetem direta ou indiretamente as terras quilombolas; além de supervisionar e controlar o cadastro dos possuidores das áreas objeto de regularização, incluídas as ações de natureza cartográfica, de georreferenciamento e de geoprocessamento.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições devem ser feitas por meio do envio de currículo para os e-mails: cgm.seaf@agricultura.gov.br, até a data de 08/01/2021, com o assunto: "SELEÇÃO DE SERVIDORES – DMS/SEAF - NOME DO SERVIDOR". É necessária autorização da chefia ou do órgão para participar do processo seletivo.

3. REQUISITOS GERAIS

3.1. Ser servidor ou empregado público ocupante de cargo efetivo oriundo de órgão ou entidade da União.

3.2. Anuência do órgão de origem.

3.3. Ter nível superior em Direito ou Administração Pública.

- 3.4. Não estar em estágio probatório.
- 3.5. Não estar em período de licença ou afastamento legal.
- 3.6. Cumprir jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, sendo **presenciais e no Distrito Federal**, resguardadas as disposições legais específicas.

4. ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

- 4.1. O processo será realizado em 2 (duas) etapas: (1) Análise de Currículo e (2) Entrevistas Individuais com os candidatos selecionados na etapa anterior. As entrevistas individuais serão realizadas pela área solicitante;
- 4.2. Os candidatos selecionados serão convidados para entrevista presencial ou por videoconferência.
- 4.3. **Período para envio de currículos até 08/01/2021.**
- 4.4. **Avaliação dos currículos e entrevistas com os candidatos selecionados: de 11/01 a 15/01.**
- 4.5. Resultado: previsão para 18 de janeiro de 2021.

5. DAS VAGAS

ÁREA	NÍVEL DE FORMAÇÃO	PERFIL	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS
Departamento de Monitoramento e Supervisão	Superior	<ul style="list-style-type: none"> - Ser organizado (a) e proativo (a); - Facilidade para trabalhar em equipe, compromisso e vontade de aprender; - Experiência em lógica de programação em banco de dados e modelagem de dados; - Experiência no uso da ferramenta do Office - Power bi; - Prática no uso da ferramenta Office, em especial o Excel avançado; - Conhecimento na área de Tecnologia da Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> -Assessorar e subsidiar o Departamento de Monitoramento e Supervisão – DMS no cumprimento de suas funções; -Efetuar análise das normas e legislações que regem a política de Reforma Agrária; -Auxiliar na propositura de projetos e melhorias referentes ao monitoramento das atividades fundiárias; -Elaborar fluxos processuais e relatórios para atendimento das demandas do DMS; -Acompanhar reuniões relacionadas à assuntos afetos ao DMS; -Auxílio nas atividades de monitoramento do INCRA em demandas específicas do DMS; -Analisar processos administrativos e elaborar documentos para instrução processual, tais como Ofícios, Despachos e Notas Técnicas, de acordo com cada caso concreto; -Analisar demandas judiciais com prazos em trâmite, para os fins administrativos necessários; -Levantar dados e informações que se fizerem necessárias para atendimento das demandas do DMS; -Elaborar ou atualizar planilhas em rede para controle interno; -Exercer outras atribuições que forem solicitadas pelo superiores hierárquicos do DMS, dentro do âmbito de sua competência. 	01

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. Os candidatos participantes do processo seletivo que forem selecionados serão informados por meio de e-mail individual;
- 6.2. A candidatura não gera qualquer compromisso por parte da SEAF/MAPA com o candidato;
- 6.3. É de inteira responsabilidade do candidato selecionado obter a liberação de sua cessão junto ao seu órgão de origem.
- 6.4. A participação do servidor na seleção não implica direito à concessão, que é ato discricionário da Administração, conforme dispõe o art. 7º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019.
- 6.5. O processo de seleção será conduzido pelo Departamento de Monitoramento e Supervisão - DMS/SEAF em parceria com Coordenação-Geral de Administração e Finanças - CGAF/SEAF.
- 6.6. Os casos omissos e as situações não previstas serão resolvidas pela Diretora do DMS;
- 6.7. Em caso de dúvidas sobre a seleção, o candidato poderá encaminhar e-mail para: cgm.seaf@agricultura.gov.br ou ligar no telefone (61)3218- 2302.
- 6.8. Todos os horários previstos neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EMILIA DE BARROS MAFRA LAPENDA, Diretor (a) do Departamento de Monitoramento e Supervisão**, em 14/12/2020, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13133828** e o código CRC **784CCEEF**.